

NOTA SOBRE A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

CARLOS GUILHERME MOTA
da Universidade de São Paulo

As anotações que se seguem tem por objetivo levantar alguns pontos de vista sobre os estudos históricos na atualidade, com particular referência à historiografia no Brasil.

Não se pretende fornecer o *estado atual* da historiografia contemporânea, apontando tendências, indicando confrontos, dissidências ou ajustamentos entre famílias historiográficas. Essa tarefa, que se faz necessária sobretudo em face dos desenvolvimentos dos estudos nas últimas duas décadas, vem sendo tentada através de instituições maiores dedicadas à ciência histórica: é o caso, por exemplo, do *Comité International des Sciences Historiques*, que já organizou encontros científicos de porte como os de Roma (1955), Viena (1965) e Moscou (1970). Algumas dessas instituições congregam historiadores que alimentam revistas como *Annales (Économies, Sociétés, Civilisations)*, fruto do grupo dos Annales, fundado em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, e talvez hoje, a revista mais conceituada internacionalmente, no gênero. A complexidade da problemática historiográfica contemporânea poderá ser vislumbrada com um simples passar de olhos pelas estantes de revistas especializadas, onde se encontrarão a *Comparative Studies in Society and History* (fundada em 1958), a *Revue d'Histoire*, a *Economic History Review*, bem como a *Rivista Storica Italiana*, *Journal of History of Ideas, Past & Present*, *Latin American Research Review*, *Hispanic American Historical Luso-Brazilian Review* etc...

Não se trata, portanto, de fornecer arrolamento dos problemas com que se defronta, na atualidade, a disciplina histórica. A própria unidade da disciplina foi posta em causa, a partir de confrontos havidos com os desenvolvimentos das outras disciplinas do homem: o antigo estatuto científico dos estudos históricos passou, sobretudo nos últimos anos, a ser contestado, quando a crítica à própria noção de *método científico* esposada pelos neopositivistas ganhou campo, abalando as searas historicistas. Ao mesmo tempo, através das frentes mais operosas dentro da própria historiografia, desenvolveram-se focos renovadores colocando em xeque a história *événementielle* (1).

Na Escola dos *Annales*, após o momento Bloch/Febvre, cujas obras fundamentais surgiram nos anos de 1940 e 1942, Fernand Braudel re- coloca em discussão os limites da história factualista com o lançamento do seu *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, em 1949, onde propõe e executa a análise de uma civilização, com seus *estratos de temporalidade ultra-longa, secular*. Numa vertente quantitativa, Ernest Labrousse desvenda, pela mesma época (1933, 1944, 1948), a tendência das flutuações da vida dos preços e dos salários na França no século XVIII, fornecendo novas técnicas e novas bases empíricas para a análise das revoluções francesas de 1789, 1830 e 1848. Técnicas que se desenvolveram e inspiraram trabalhos de porte como os de Pierre Vilar e, em perspectiva menor, de J. Marczewski, sobre crescimento econômico.

O recurso a técnicas de outras disciplinas — como economia, antropologia, sociologia, psicologia — acarretou uma ampliação da problemática metodológica. Nos escritos de Braudel — tomo-o como indicador — da década de '50 pode-se perceber o impacto das reflexões do antropólogo Lévi-Strauss, do sociólogo Gurvitch, do psicólogo Wallon, bem como do pensamento marxista menos comprometido com o stalinismo, provocando uma abertura na perspectiva da Escola dos *Annales* que ainda não foi objeto de adequada avaliação. Na Itália, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Japão, o debate foi ampliado, à busca de uma redefinição dos objetivos e dos métodos da ciência histórica. Com isso, alguns conceitos básicos das explicações históricas correntes — historicistas, marxistas ortodoxas ou ditas estruturalistas — passaram a ser objeto de revisão. Conceitos fechados, até então operacionalizados sem maior precaução, passaram a ser trabalhados em simpósios,

cursos, livros ou seminários organizados especialmente para tal finalidade. O historiador passou a se preocupar mais com seu principal instrumento de trabalho: o seu vocabulário. São bastante conhecidas as inúmeras publicações dedicadas especialmente aos conceitos de estrutura, conjuntura, tempo, duração, processo, desenvolvimento, origem, transição, ruptura, evolução, fase, etapa, ciclo, modo de produção; fato e acontecimento; tradição, cultura, civilização; causa, reflexo, influência; consciente/inconsciente coletivo; consciência de classe; ideologia, mentalidade, *história das idéias*; classe, estamento, casta, ordem. Publicações das quais participaram tanto economistas da envergadura de Maurice Dobb — discutindo, por exemplo, as noções de transição e modo de produção — como epistemólogos do porte de Gaston Bachelard — criticando, por exemplo, em discursos que se pretendiam científicos, a noção de *influência*, tão presente em análises históricas.

Algumas contestações fundamentais à postura do historiador classicamente concebido surgiram, com Foucault especialmente (2), levantando dúvidas de peso quanto aos ranços historicistas persistentes em diversas tendências historiográficas — tanto funcionalistas como até mesmo marxistas. Mencionem-se também as participações críticas de Althusser, Pierre Vilar (3), de Hobsbawm, Le Roy Ladurie, Goldmann, Barrington—Morre, Mandrou, Soboul, Dubois, Genovese, Mousnier no debate, e se notará a dimensão da crise do pensamento histórico contemporâneo.

Um dos méritos da renovação dos estudos históricos nas últimas duas décadas foi o de precisar um instrumental conceitual para a análise — e instauração — do passado. Não mais a *longa cadeia de eventos*, em que as *causas* (próximas ou distantes...) assumiram valor explicativo; ou em que as idéias dos personagens eram o resultado de *influências*, quando não *reflexo* de uma determinada *base econômica*. O objetivo, agora, é a detecção e o estudo de estruturas (ideológicas, econômicas etc.), de quadros mentais de permanência, de longa duração, bem como a organização de dados quantitativos passíveis de exploração serial (4). O problema reside em saber evitar a hipertrofia das técnicas de quantificação — técnicas frequentemente confundidas com *métodos* — nos estudos históricos: Pierre Vilar já advertiu que o fundamental é integrar o número no acontecimento (5), e que a história econômica não se confunde com econometria retrospectiva. Para a história social, Soboul recolocou em termos a questão da descrição e da medida;

Foucault fez os reparos à utilização de noções errôneas como de *tradição*, *desenvolvimento*, *civilização material*; Alain Besançon, à noção famosa e falsa de *inconsciente coletivo* (6).

O debate, pelo que se observa, está instaurado. Não é fácil fixar os limites e, de certa forma, os desdobramentos de posições que se acirraram após os impactos políticos, sociais e culturais do final da última década. Fornecer o *estado atual das questões* não seria mais que empobrecer um quadro cujas dimensões ultrapassam por demais o observador. E, para além, como discutir e apresentar o desenvolvimento de uma tendência, quando se sabe que, frequentemente, ocorre a coexistência de *camadas* de formações diversas num mesmo historiador? Basta pensar na trajetória de Goldmann...

Como tendência geral, pode-se afirmar que as rupturas com o historicismo nem sempre são completas, continuando o investigador a pagar pesados tributos a antigos mecanismos de explicação.

Se em áreas em que a elaboração teórica atingiu marcos significativos e em que o trabalho de investigação logrou certa autonomia em relação ao contexto sócio-cultural os problemas se apresentam em tais proporções, vejamos o que vem se passando no Brasil, onde algumas linhas mais nítidas permitem propor à discussão uma tendência. Dada a quase inexistência de instituições culturais, de editoras ou de revistas de grosso calibre, a relação intelectual/meio social, bem como o modo de produção intelectual, assumem características que merecem reflexão. O debate crítico não se instaura, floresce o compadrio intelectual com a correspondente ideologia ilustrada – revestimento cultural de formas de organização autoritárias.

A História do Brasil e Seus Explicadores:
os *Fazendeiros do Ar*

*E como ficou chato ser moderno
Agora serei eterno*

Carlos Drummond de Andrade

Os interditos de linguagem fazem parte de uma pequena guerra das castas intelectuais

R. Barthes

De fato, a linguagem literária da velha crítica nos é indiferente. Sabemos que ela não pode escrever diferente, salvo se pensar diferente. Pois escrever é já organizar o mundo, é já pensar (aprender uma língua é aprender como se pensa nessa língua). É portanto inútil (e entretanto a isso se obstina o verossímil crítico) pedir ao outro que se reescreva, se ele não está decidido a se repensar.

R. Barthes

Meu aristocratismo me puniu. Minhas intenções me enganaram. Vítima do meu individualismo, procuro em vão nas minhas obras, e também nas de muitos companheiros, uma paixão mais temporânea, uma dor mais viril da vida. Não tem. Tem mas é uma antiquada ausência de realidade em mui-

tos de nós. Estou repisando o que já disse a um moço...

Mario de Andrade

Os processos pelos quais passou o Brasil nos últimos quarenta anos oferecem farto material para o historiador das ideologias. Algumas categorias de pensamento (ideológico) parecem resistir às mudanças e permanecem, sob nova roupagem, como indicadores de mecanismos de preservação de um mandarinato (Chomsky) que não raro possui conotações classistas (ou estamentais) e mesmo, na melhor das hipóteses, etnocêntricas. Nesse sistema cultural que se estruturou, e do qual não se devem descartar as sérias implicações políticas, fabricam-se ideologias que refletem e ao mesmo tempo se identificam com um certo estado de coisas, uma vaga noção de ordem, ou, quando progressistas (para o nosso meio, entenda-se bem), com a aceitação proustiana da mudança; no limite, e na melhor das hipóteses, essas ideologias são resguardadas por uma postura condescendente para com a veiculação da velha idéia de que a vida social muda tão lentamente como o sistema solar.

Contudo, a despeito das mudanças (sociais e políticas) e das persistências (culturais e ideológicas), algumas questões permanecem de pé: em que direção avança o processo cultural entre nós? Quais as noções de processo cultural atualmente veiculadas? Uma terceira, talvez ingênua: por que a polêmica desapareceu e/ou foi abafada entre nós?

As respostas a tão impertinentes questões tornaram-se patrimônio exclusivo dos *explicadores* do Brasil, que não hesitaram em partir à busca do *caráter nacional brasileiro*. As aspas, no caso mencionado, são necessárias porque se evoca com essa formulação o título de uma publicação em 1969: refiro-me à obra de Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma Ideologia* (7). E são necessárias as aspas não por simples ironia: os *explicadores* (as aspas aqui significam que os entendo como ideólogos) do Brasil permanecem ativos, exercendo sua função de heróis civilizados, numa região em que a grande massa continua analfabeta ou semi-analfabeta, e em que a produção de cultura de massa se impõe como única (?) alternativa dentro dos quadros do sistema. Momento significativo é o que está sendo vivido, uma vez que, de um lado, os remanescentes de uma aristocracia

cultural (os *explicadores do Brasil*), que falam em nome da *cultura brasileira* ainda continuam a impor — de maneira pouco ou nada contestada — sua visão do Brasil, dizendo da *psicologia social do brasileiro* ou se o brasileiro é *triste* ou *cordial*, e se o processo cultural deve ir mais por um caminho ou por outro.

De outro lado, ficam os homens novos, verdadeiros executivos (no sentido empresarial) e portadores de uma concepção de trabalho intelectual altamente dinâmica, que não apenas serve ao sistema como, hoje, é responsável pelo grosso da produção maciça entre nós: são eles responsáveis em grande parte pela derrocada de uma certa visão humanista do processo cultural, da visão liberal da atividade educativa, da ótica mannheimiana do papel do intelectual. E até mesmo, de um lado, pela derrocada de certas interpretações ditas marxistas que tiveram plena vigência entre nós na década passada, caracterizadas pelo esquematismo e pobreza conceitual (neste ponto, penso sobretudo em N.W. Sodré) e, de outro, da perspectiva aristocratizante na compreensão da *cultura brasileira* (penso em Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda, entre os mais destacáveis).

Momento rico, pois, em que, de um lado, permanecem por trás da mesa senhorial os representantes do estamento intelectual, zelosos em relação ao controle que exercem nas suas *réserves de chasse* culturais, resguardando através de sua noção de cultura os valores de uma *oligarquia esva-ziada economicamente, mas que luta por manter no plano estrito da cultura, sua força e seu prestígio*. Status, eis um bom termo para localizar e definir um dos traços característicos do segmento cultural que compõe o mandarinato remanescente, pouco permeável à crítica e à revisão, agora se debatendo numa sociedade que já é de classes (8). De outro lado, militam os executivos, os representantes de uma classe (pois estamentos não são, com certeza), diria empresarial, que eventualmente se nobilitam através da ascensão rápida, atualmente propiciada pelas carreiras acadêmicas — ascensão que tem causado tropelias dentro dos quadros universitários. Como já tem sido muito criticado esta segunda tendência, da chamada *cultura de massa* (que não se confunde com cultura popular), voltaremos nossa atenção para o primeiro agrupamento: o dos *fazendeiros do ar*.

Anticapitalistas de Elite

Por que *fazendeiros do ar*? Retiramos esta expressão não apenas de Carlos Drummond de Andrade, mas também e sobretudo do ensaísta brasileiro, Roberto Schwarz, que lhe deu nova dimensão em artigo crítico, escrito em 1969/1970, e publicado em *Temps Modernes*. No referido artigo aponta-se a existência desses anticapitalistas de elite, simbolizados numa figura já tradicional da literatura brasileira do século XX, o *fazendeiro do ar: é o homem, escreve o ensaísta, que vem da propriedade rural para a cidade, onde ele evoca, analisa e critica, em prosa e verso, o contato com a terra, com a família, com a tradição e com o povo, tal como lhe foi tornado possível pela grande propriedade fundiária. É a literatura da decadência rural.* Essa figura retém consigo uma certa visão de mundo (vasto mundo) que propicia ao analista excelente campo para o desenvolvimento de suas investigações: na historiografia, na crítica, na sociologia, na antropologia, na dramaturgia, na literatura e até mesmo na pintura (penso nas últimas sendas proustianas de Gilberto Freyre), os *fazendeiros* continuam a produzir e a preservar um comportamento patrimonial com relação à *cultura brasileira*. Mas, como escreve o crítico, sendo ela marcada por linguagem exclusiva, é certo que contribui por isso mesmo à consolidação do privilégio.

Numa palavra, tal concepção de cultura produz os marginalizados. Segundo ainda Schwarz, escrevendo em 1970, a chamada cultura brasileira não chegaria a atingir, com regularidade e amplitude, 50.000 pessoas, num país de 90 milhões de habitantes. E, como era de se esperar, por ser elemento constitutivo de sua ideologia, não toleram os *fazendeiros* a discussão dos seus instrumentos de análise, ou seja, da sua própria linguagem: ela é peça fundamental do seu sistema de poder. Como não possuem explícita uma teoria das classes sociais no Brasil, os ideólogos da cultura brasileira podem se permitir falar, por exemplo, das *classes ínfimas*, ou falar do *povo* com tal nível de generalização que toda a história fica nivelada numa superfície com poucas manifestações de tensão — brota, assim, uma história incruenta, para retomar um dos pontos centrais da crítica de José Honório Rodrigues. Uma análise detalhada do vocabulário dos *explicadores* do Brasil se impõe, portanto, não para instaurar uma espécie de *superstição do vocábulo puro, ou seja, perfeitamente unívoco, petrificado e válido para todo o sempre*, como parece temer o Prof. Sergio Buarque de Hollanda, ponto de referência na

historiografia brasileira, em recente artigo publicado no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*: não se trata de substituir o mito do fato puro pelo mito da linguagem. O que se tem em mira, isto sim, é iniciar um processo de discussão do instrumental conceitual dos *explicadores* do Brasil, na melhor linhagem de Lucien Febvre. Quais os termos-chaves para tais ideólogos? Como é visualizada por eles a sociedade brasileira nos diversos momentos de sua história?

Vale notar que essa posição não deriva de impertinência de uma historiografia mais jovem em confronto com uma historiografia mais idosa: não se trata de um problema de *gerações* historiográficas, porque a idéia de geração também pode ser ideológica. O que se trata é de saber porque investigadores de porte utilizam terminologia eclética em suas análises. Pensando no caso do Brasil, concretamente: os conceitos de classe, de estamento e casta, já foram utilizados por autores diversos, em sentidos diferentes, para explicar uma mesma formação social. E o que não deixa de ser curioso, pensando em termos de relações de produção para determinado período, eles geralmente estiveram de acordo que a base do regime de trabalho era escravista... Afinal, trata-se de saber do que estão falando, trata-se de uma questão de precisão e de adequação conceitual.

Instrumental mais Adequado

Talvez não seja por acaso que novas frentes da historiografia e do pensamento sociológico no Brasil (como, de resto, em outros núcleos da América Latina) venham se preocupando com a utilização de instrumental mais adequado para a discussão dos processos de estratificação. Em perspectivas diversas, mencionam-se, sem preocupação de arrolamento, as investigações de Florestan Fernandes, muito especialmente em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, onde publica comunicação apresentada ao Seminário sobre os Problemas de Conceituação das Classes Sociais na América Latina, na Universidade Nacional Autônoma do México (1971), sobre os conceitos de classe e estamento, que aliás servem de título para um dos capítulos de *Comunidade e Sociedade* (SP, CEN, 1972), concernentes à história do Brasil. Também o trabalho de Raymundo Faoro (*Os Donos do*

Poder, 1958); de Francisco Iglésias, em seu estudo recente sobre a historiografia brasileira, apresentado em maio de 1973 no Panamá, onde insiste na necessidade de se estudar os estamentos, castas e classes na história do Brasil; as análises renovadoras de Emília Viotti da Costa; de Fernando A. Novais, que indica para o fim do período colonial a *estamentização* da sociedade (in *Brasil em Perspectiva*, SP, Difel, p. 71); a obra fundamental de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969), que ainda não foi objeto de estudo crítico profundo para a avaliação de sua importância na revisão da historiografia brasileira. Não terá sido por descuido, ainda, que surgiu nas livrarias a bem concebida coletânea de textos básicos organizada por Octávio Ianni (*Teorias de Estratificação Social*), dividida em três partes: castas, estamentos e classes. Não terá sido por acaso que último colóquio de Saint-Cloud — na velha França, ponto de referência eterno dos *fazendeiros do ar* — se tenha escolhido para tema central *Ordens e Classes*: o prefaciador das atas do encontro declara que, no respeitante ao tema, a historiografia francesa se encontra no mais obscuro caos...

Claro que não se pretende, com o que ficou indicado, estabelecer um quadro rígido de conceitos de base, e purgar o pensamento historiográfico e as reflexões sobre o passado, elaboradas com toda uma carga de compromissos sociais e políticos. Os *explicadores* do Brasil é que precisam ser explicados, e Dante Moreira Leite já iniciou importante roteiro de revisão, mostrando inclusive as raízes da valoração da cultura ornamental, *características de todas as sociedades marcadas por desigualdades muito violentas e o Brasil não é exceção a isso* (CNB, p. 289). Já se vive numa fase em que não mais se acredita no mito do *fato puro*, ou da *cliometria* (que é ideologia), no mito da linguagem (e portanto da existência de conceitos-chave absolutos para a triagem do material empírico — os documentos — e da produção historiográfica). O que se pretende é uma fundamentação que permita discutir e estabelecer os usos e as transformações nos usos dos instrumentos de análise daqueles que estudaram essa categoria abstrata denominada *o homem brasileiro*. Ao invés de se discutir se o homem é *aventureiro, cordial, individualista, inquieto e desordenado*, o que se pretende é indagar sobre os princípios de organização da sociedade da qual faz parte. O problema não é de se inspecionar o caráter nacional outorgando tal ou qual comportamento ao brasileiro em geral: a tal postura prefiro sempre os resultados dos estudos de Mário de Andrade, que desvendou a característica básica *do brasileiro*; no outro extre-

mo, se o problema for o da utilização rígida dos procedimentos das análises linguísticas, ficaremos com a *Gramática Africana*, de Roland. Barthes...

De qualquer maneira, o tema básico a ser discutido é o da redefinição do papel do intelectual, em áreas e tempos em que os *fazendeiros do ar* vão rareando. Em face da imensidão da tarefa, nada melhor que um exemplo de modéstia, o de Sérgio Bagú, conhecido historiador argentino, que numa altura avançada de sua carreira tomou a decisão de suspender tudo (livros inconclusos e tarefas de cátedra) e repensar sua temática do princípio ao fim, palmilhando a América Latina, sensível às contradições existentes entre sua posição intelectual e a realidade observada. Dessa verdadeira crise surgiram novas idéias que permitiram a Bagú rever suas posições teóricas e repensar o ordenamento da realidade social, discutindo o *para quê* da estratificação; a natureza relacional das etnias; os princípios de organização da sociedade em estamentos, castas, classes etc.. Ao assumir sua crise, forneceu magnífico exemplo de atitude em face da atividade cultural. Por isso, sua obra (*Tiempo, Realidad Social y Conocimiento*. s. XXI, 1970) tem o valor de um testemunho:

De viajar e ver na América Latina – miséria e opressão numa área de enormes recursos naturais – de estudar seus problemas e executar as tarefas da cátedra, foi surgindo uma dúvida grave. A de que existe uma teoria do fenômeno social que se encontra radicalmente ultrapassada pela realidade. É elaborada nos centros culturais do Ocidente e traduzida na América Latina em idioma vernáculo. Nessa teoria há uma porcentagem grande de criação; outra, muito maior, de culteranismo e preciosismo profissional. América Latina, continente colonizado desde séculos, pagou e continua pagando tributos em sangue e espécie. Tributos renderam também seus intelectuais no mundo das idéias e nisso continuam não poucos. A tradução continua sendo, em e em escala sufocante, o metro com o qual se medem tanto o mérito profissional do teórico como o empuxo do revolucionário. Percebemos já, entretanto, os sintomas de uma nova atitude: a conquista do direito à opinião própria, respeitosa para com os antecessores, mas liberada de toda reverência inibitória.

•

Vejamos, a título de exemplificação, e para um tema concreto, o da Independência, problemas que talvez forneçam alguma medida da situação vivida pela historiografia contemporânea voltada para a história do Brasil.

III

A Independência dos Historiadores

O momento talvez seja oportuno para um esboço de avaliação de alguns dos múltiplos problemas que atenuam o historiador brasileiro preocupado menos com seu ingresso nas fileiras dos comemorativistas *naives* que com a elaboração de um trabalho científico consequente. Deixando de lado qualquer esforço de crítica à pressa com que se comemora, nos Institutos Históricos, a Independência de 1822 — exceção feita aos pernambucanos, que não prestaram tributo às cinzas de D. Pedro I, por não esquecerem da repressão brutal aos patriotas nordestinos de 1824, entre eles Frei Caneca, fato comentado pelo acadêmico e historiador Barbosa Lima Sobrinho, no *Jornal do Brasil* — vale a pena observar que, enquanto economistas, sociólogos, cientistas políticos se debatem hoje com a problemática da dependência, os historiadores continuam, em sua quase maioria, numa linha estreitamente comemorativa, aceitando a independência como fato consumado, como problema resolvido. Não deixa de provocar estranheza tal comportamento, que é bem indicativo do quão pouco caminhou a pesquisa histórica entre nós e de quão complexos se apresentam os entraves para o seu desenvolvimento: sobre um tema crucial, sobre um dos momentos decisivos do nosso passado, muito pouco se fez, em termos estritamente científicos. Em Julho de 1972, num encontro de historiadores realizado no âmbito da programação da XXIV Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Professor Oliveira França, da Universidade de São Paulo, fazia amplo levantamento dos problemas que aguardam soluções, no que diz respeito à Independência de 22. (9) Lembrava o Professor Oliveira França da inexistência de monografias de base que fugissem à visão tradicional daquele momento: falando desde monografias relativas à demografia histórica até investigações na esfera das formações ideológicas, o que caracteriza o período — do ponto de vista historiográfico — é a escassez e a descontinuidade das pesquisas tentadas. E, mais do que isso, apontava o referido professor a dificuldade em se formular, com propósito, questões verdadeiramente substantivas para inspirar os trabalhos monográficos e para fugir à linha do comemorativismo ingênuo.

Transição

Várias questões continuam aguardando solução. Na verdade, ao que parece, o estudo da História do Brasil nesse período (de *descolonização*, segundo Sergio Buarque de Holanda) não pode ser dissociado de processos mais abrangentes que a historiografia contemporânea simplifica e ordena sob o rótulo *Do feudalismo ao capitalismo*. Parece certo que a lenta transição do feudalismo ao capitalismo na Europa teve como contrapartida, em certas áreas do mundo colonial, a *passagem* do Antigo Sistema Colonial para o sistema mundial de dependências. Para o caso do Brasil, por exemplo, uma leitura atenta do tratado de 1810 com a Inglaterra permitirá por certo compreender os limites estreitos da independência de 1822. Por outro lado, problemas complexos podem se apresentar, como o da necessidade de definição da sociedade colonial, cuja estruturação explicará o predomínio das *persistências*, mais do que o das mudanças no período subsequente. Parece óbvio, hoje, que a compreensão dos processos que ocorrem nas áreas coloniais requer a procura de instrumental conceitual adequado. Nesse sentido, e pensando no Brasil de 1822, poderíamos desde logo indagar: era a sociedade desse período uma sociedade de *classes* (tal como a concebem, em perspectivas muito diversas, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, José Honório Rodrigues, Oliveira Lima, Hélio Vianna)? Ou de *estamentos* (Raymundo Faoro)? Ou, ainda, uma sociedade do tipo *estamental-escravista* (Florestan Fernandes)? Há ainda o problema dos *modelos* de passagem de um sistema a outro, e passagem não significa necessariamente *ruptura*. Foi o historiador José Honório Rodrigues, aliás, quem observou em seu clássico *Aspirações Nacionais* que *não houve ruptura do regime colonial, que sobreviveu com o absolutismo do regime imperial, com a legislação arcaica, com a relativa imobilidade administrativa, com a alienação das elites, com a fragilidade da conjuntura e a estabilidade da estrutura imutável e incapaz de atender às necessidades nacionais. O período colonial e sua sobrevivência determina todo o subdesenvolvimento posterior*. Todas as questões assinaladas, vale acrescentar, não serão respondidas pelos pesquisadores de nosso passado tão somente com o aprimoramento de técnicas de quantificação...

Para fugir às orientações tradicionalistas torna-se necessário estudar não só os chamados *atos*, mas sobretudo os mecanismos, as estruturas, os processos que explicam a produção dos eventos: no caso, os mecanismos de passagem do Antigo Sistema Colonial português para o sistema mundial de

dependências, permitindo dessa forma a compreensão tanto do lado luso-brasileiro como do inglês do significado de 1822. A Independência do Brasil vista de Londres ou de Liverpool, eis um bom tema para um historiador de fôlego. Essa a maneira mais eficaz de se estudar o período: integrar o Brasil nos contextos atlântico, onde se processaram não apenas as independências das colônias inglesas, onde houve a expansão de mercados da Inglaterra industrial, mas também a Revolução Francesa e a Haitiana, que tanto inspiraram revolucionários brasileiros. Um outro exemplo: se 1817 é data significativa no processo de descolonização portuguesa no Brasil (ampla insurreição no Nordeste), também o é para Portugal (insurreição de Gomes Freire de Andrade), que se debatia com os avanços do imperialismo inglês.

Na verdade, mais que no estudo da independência, o debate deve ser concentrado na análise das dependências: de colônia portuguesa o Brasil passou a verdadeiro *protetorado* inglês. Recorde-se que o reconhecimento da independência renovou para a Inglaterra industrial os privilégios de nação mais favorecida, com direitos de extraterritorialidade inclusive. Até 1844, viveu-se no Brasil dentro dessas molduras, em situação que se poderia classificar de neo-colonial. A partir de então, inicia-se a lenta e difícil história de instauração no Brasil de uma ordem capitalista, apesar dos entraves legados pelo período anterior, o maior dos quais residia no prosseguimento de utilização da mão-de-obra escrava, abolida há 85 anos apenas. Hoje, mental, social e economicamente o grande e surdo debate continua sendo travado *dentro* (mas nem sempre *sobre*) da história da dependência. A história do Brasil de hoje procura libertar-se das molduras abafantes do capitalismo dependente.

Historiografia

No plano da historiografia, pode-se acompanhar o mesmo processo. Quais os grandes historiadores da dependência? Não parece haver dúvida quanto à importante contribuição dada pelos renomados estudos do Professor Alan K. Manchester, da Universidade de Carolina do Norte, sobre a preeminência inglesa no Brasil; nem do Professor Richard Graham, da Universidade do Texas, sobre a modernização do Brasil e a dependência inglesa; ou do Professor Leslie Bethell, da Universidade de Londres, sobre a abolição do tráfico e seus reflexos no Brasil. Quais trabalhos, elaborados no Brasil por brasileiros, poderíamos contrapor a esses, para confirmar ou infirmar as teses

veiculadas em suas análises? Da mesma forma, como deixar de notar que, hoje, é no Exterior (EUA, sobretudo) que nossa história é fabricada? Grandes (e bons) trabalhos sobre a difícil história do Brasil do século XX estão surgindo nos Estados Unidos. Sem preocupação de arrolamento, mencionam-se as obras de R. Levine, sobre o período Vargas; J. Love, sobre o regionalismo político na Primeira República; J. Wirth, sobre a política nacionalista; S. Stein, sobre a história rural; R. Della Cava, sobre religiosidade e coronelismo; W. Dean, sobre a industrialização; R. Morse, sobre a urbanização; Stepan, sobre a história militar; T. Skidmore, sobre o período posterior a Vargas... E mesmo sobre o período colonial, com pouquíssimas exceções, ainda não se produziram aqui trabalhos do nível de Dauril Auden, sobre administração; nem dos ingleses Kenneth Maxwell sobre a Inconfidência Mineira e Russel-Wood, sobre mobilidade social na Colônia. Na França, com Frédéric Mauro à frente, cada universidade de porte razoável possui centro de estudos luso-brasileiros, onde há inovações metodológicas e técnicas (às vezes com computadores próprios) que os estudiosos brasileiros dificilmente acompanham. Em contrapartida, no plano interno, ainda recentemente *O Estado de São Paulo* indicava que, relativamente à frequência de pesquisadores no Arquivo Nacional, a proporção era de três estrangeiros para um brasileiro. Não se deve com isso, evidentemente, pugnar por uma linha xenofobista, mas constatar que o amparo dado por nossas instituições oficiais (universidades, sobretudo) à pesquisa histórica é muito parco, quando não inexistente... Até quando devemos esperar que as informações sobre nosso passado venham do Exterior, elaboradas por historiadores que, às vezes, e por motivos pouco claros, tem maior acesso às fontes oficiais que um brasileiro? Demais, os limites das liberdades acadêmicas vão se tornando cada vez mais estreitos: no plano da historiografia, podem-se mencionar as contribuições de eminentes ex-professores do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba etc., conhecedores em profundidade da realidade brasileira, hoje contratados por Universidades como Yale, Columbia, Toronto, Londres, Paris. É quando a reflexão do historiador sobre a independência se confunde com a independência do historiador.

Uma última observação. Esboça-se nos dias que correm amplo movimento para resguardar a *memória nacional*. O historiador atento não pode deixar de se inquietar com os limites que vão sendo impostos ao seu ofício: no plano do ensino, a dissolução dos estudos históricos numa disciplina denominada *estudos sociais*; no plano da pesquisa, a verificação de que a produção

mais expressiva não vem do setor nacional; no plano das comemorações, notáveis ausências, sobretudo se se atentar que os atuais líderes mulatos e negros de Angola, Guiné e Moçambique (Agostinho Neto, Américo Boavida, Mario de Andrade, Marcelino Santos, Samora Machel, Eduardo Mondlane, e sobretudo Amílcar Cabral) talvez sejam os correspondentes para a África, no longo processo de descolonização portuguesa, dos nossos alfaiates mulatos baianos de 1798; de Tiradentes; dos insurretos negros de Vila Rica de 1820; dos patriotas nordestinos de 1817 e 1824.

NOTAS

- (1) Dois marcos significativos do debate historiográfico contemporâneo são *L'Histoire Sociale — Sources et Méthodes*, Paris, PUF, 1967 (sobretudo a comunicação de Albert Soboul e as intervenções de Labrousse, Mousnier e Daumard) e *Historical Studies Today*, (Gilbert & Graubard, org.) N. York, W.W. Norton & Co. Inc., 1972 (sobretudo os ensaios de Hobsbawm sobre história social, Habakkuk sobre história econômica e teoria econômica, Vansina sobre tradição oral e história, Frank Manuel sobre psicologia e história, Lawrence Stone sobre prosografia, e Furet, sobre história quantitativa).

O debate sobre a crise da história factual pode ser acompanhado, ainda nos artigos de Emmanuel Le Roy Ladurie, *Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan*, in *Communications*, Paris, Seuil, nº 18 1972, pp 72/ 84, e Ernesto Sestan, *Storia degli Avvenimenti e Storia delle Strutture*, in *Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, Moscou, 1970 pp 24 e 25. Em outra vertente, valerá a pena lembrar que Gilles-Gaston Granger vem discutindo com rigor o problema e que, mais recentemente, a trajetória intelectual de Eliseo Verón será útil como plataforma de exploração para os historiadores iniciantes na crítica ao historicismo, ainda imperante entre nós.

- (2) Veja-se a resposta ao Cercle D'Epistémologie de l'École Normale Supérieure in *Cahiers pour l'Analyse* nº 9. E a entrevista concedida a Sergio P. Rouanet e J.G. Merquior in *Comunicação* nº 3, RJ, Tempo Brasileiro, 1971.
- (3) Para que se avalie como um historiador instrumentado como Vilar participa do debate das posições althusserianas, consulte-se *La méthode historique*, in *Dialectique Marxiste et Pensée Structurale*, número especial de *Les Cahiers du Centre d'Études Socialistes*, nº 76 a 81, Paris, 1968.
- (4) Deixo de lado a análise da hipertrofia de certas frentes historiográficas que acreditam na existência da história quantitativa. Nesse caso, para nós, o terreno é o da pura ideologia. Que não se restringe apenas à história econômica: na própria história das ideologias, o problema não é menos grave e complexo — num polo, encastela-se a historiografia intuicionista, que não se liberta de sua própria ideologia; no outro, o abuso do recurso à lingüística. Deixo de lado também o horror que certas correntes historiográficas manifestam à simples apresentação e discussão do instrumental conceitual do historiador: limito-me a lembrar, com Engels, que todo aspecto novo de uma ciência implica numa revolução nos termos técnicos dessa ciência (no prefácio da edição inglesa de *O Capital*).
- (5) Essa posição está contida nos ensaios da coletânea *Crecimiento y Desarrollo*, Barcelona, Ariel, 1964.

- (6) Problema tratado in *Histoire et Expérience du Moi*, Paris, Flammarion, 1971.
- (7) São Paulo, Pioneira, 2ª ed. revista, refundida e ampliada, 1969. A resenha crítica que registrou devidamente as análises contidas na obra foi a de Adalberto Marson *Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão* (*Revista de História*, SP, nº 86, 1971).
- (8) Dada a generalizada confusão que o termo classe vem provocando na seara historiográfica (ao ponto de alguns terem abandonado simplesmente seu uso, para maior comodidade), valerá a pena retomar a discussão pelo princípio. Para tal, consulte-se E.J. Hobsbawm, *From Social history to the history of society*, in Gilbert, F. e Graubard, S. — *Historical Studies Today*, N.York, W.W. Norton & Co., 1972, pp 1—26. Oswald de Andrade, aliás, fixou as contradições da intelectualidade progressista de seu tempo e meio, no prefácio de Serafim Ponte Grande: *o contrário do burguês não era o proletário, era o boêmio*. Sobre o papel das elites intelectuais nos países de extração colonial, veja-se a brilhante análise de Alfredo Bosi, in *História Concisa da Literatura Brasileira*, SP, Cultrix, 1972, espec. p. 342.
- (9) *A independência do Brasil: um debate*, SBPC, Cidade Universitária, 5. VII. 72, com participantes de várias regiões do Brasil, debate dirigido pelo Professor E. Simões de Paula.